

O Serviço Social em seu labirinto: profissão e área do conhecimento*

Social work in its maze: profession and area of knowledge

Ricardo Lara** 

Gabriel Martins*** 

RESUMO

Neste artigo abordamos o Serviço Social e estabelecemos discussões que percorrem a origem da profissão e sua profissionalização, como também problematizamos a “questão social” como “objeto” de intervenção. Finalizamos com o debate do Serviço Social como área do conhecimento.

Palavras-Chave: Serviço Social; profissão; área do conhecimento.

ABSTRACT

In this article, we discuss social work by establishing discussions that cover the origin of the profession and its professionalization, as well as problematizing the “social issues” as an “object” of intervention and end with the debate of social work as an area of knowledge.

Keywords: social work; profession; area of knowledge.

Introdução

As atividades humanas se originam das práxis sociais e históricas. Toda atividade humana especializada – nos mais diversos níveis de complexidade e especialização – possui um objeto, uma requisição social e o próprio sujeito executor. Isso não é diferente para o Serviço Social, uma profissão e área do conhecimento que surgiu das demandas da formação socioeconômica capitalista. O presente artigo busca argumentar como se desenvolveram cada um desses três elementos

*Artigo resultado do projeto de extensão: Revista Katálisis: formação profissional na publicação e socialização do conhecimento (2017 – 2022).

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.75918>

**Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: ricado.lara@ufsc.br.

***Universidade Federal da Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: gabriel.martins@ufsc.br.

Como citar: LARA, R.; MARTINS, G. O Serviço Social em seu labirinto: profissão e área do conhecimento. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n.52, p. 103 - 122, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75918>

Recebido em 22 de março de 2023.

Aprovado para publicação em 04 de abril de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

(objeto, requisição social e sujeito) na constituição do Serviço Social brasileiro, considerando a profissão enquanto uma prática profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho e elaboradora de conhecimentos sobre a “questão social”¹.

Se há divergências quanto às origens da profissão, o “objeto” do Serviço Social é aproximadamente unânime: a “questão social” e suas refrações (ou expressões, sequelas etc.). Data de meados da primeira metade do século XIX a “questão social” como identificação dos fenômenos ligados, sobretudo, ao pauperismo (NETTO, 2001, p. 42). Vinculada, principalmente, ao vocabulário conservador ou caritativo acentuado pelas derrotas das revoluções continentais europeias de 1848-1849, essa categoria teórica foi reconceituada e deslocou-se do conservadorismo ao núcleo crítico do Serviço Social latino-americano a partir do Movimento de Reconceituação, surgido entre as décadas de 1960 e 1970.

Da ação caritativa e ajustamento social da formação das primeiras escolas à crítica às relações sociais capitalistas, o Serviço Social brasileiro situa a “questão social” enquanto o fenômeno decorrente da contradição nuclear do modo de produção capitalista, dos conflitos de classes, ou seja, da relação entre capital e trabalho.

O Serviço Social enquanto profissão possui um “objeto” de origem razoavelmente recente quando comparado a outras profissões, como a psicologia e o direito, por exemplo. Entretanto, se o “objeto” do Serviço Social possui pouco menos de dois séculos, como as escolas de Serviço Social iniciaram? E qual a direção social das primeiras formações e no que divergem da direção hegemônica atualmente? Como o Serviço Social conquistou seu espaço como área de conhecimento? Ao responder tais questões, objetivamos sintetizar a compreensão da profissão e analisar a emergência do Serviço Social enquanto área do conhecimento.

A “questão social”

O capital é uma relação social de valorização do valor (MARX, 2013) fundada na propriedade privada dos meios de produção de caráter puramente social, oriunda da divisão social do trabalho fundada também na propriedade privada capitalista que formata a divisão técnica do trabalho que, por seu turno, fundamenta a divisão orgânica do capital (MARX, 2017). Nas relações sociais da formação socioeconômica capitalista, a força de trabalho historicamente separada das condições sociais de produção (meios de produção, matérias-primas e terra) somente torna-se produtiva de riqueza social quando todos os elementos objetivos e subjetivos de produção são agrupados pela classe capitalista que, enquanto personificações do capital, permite a produção da riqueza social como meio de

1 Consta-se essa atuação do Serviço Social ao observarmos o Relatório de Avaliação da pós-graduação da área no quadriênio 2017 e 2020: “[...] produção expressa a crescente preocupação com as expressões da questão social no Brasil, e notadamente, na América Latina, em decorrência dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando a importância do Serviço Social contemporâneo em dar respostas na apreensão e no trato das questões nacionais, regionais e locais”. (CAPES, 2021, p. 5).

produção e reprodução de capital (MARX, 2013). Este encontro, todavia, não tem no capital um mediador, mas um senhor das relações sociais, que subsume meios de produção e força de trabalho, encontradas enquanto mercadorias (M) adquiridas com a finalidade de produção de mercadorias “prenhas de valor” (M’), superando as relações comerciais pré-capitalistas (M-M ou M-D-M) para inaugurar as relações fundamentais do modo de produção capitalista, fundadas na reprodução ampliada de valor (D-M-D’...).

A subsunção do trabalho fundada nas classes sociais alcança, no modo de produção capitalista, um patamar totalmente social – posto vinculado à categoria valor, inteiramente social –, diferente da subsunção a terra, senhores, proprietários, famílias etc., de modos de produção anteriores. Essa subsunção, por seu turno, inaugura não somente novas relações de produção de riqueza, mas também novas relações sociais de produção e reprodução das classes sociais, dentre as quais, a formação dos sujeitos que terão de se submeter a produzir o mais-valor que será convertido em renda a todas as demais classes sociais fundamentais, na forma de salários, renda da terra e lucros (MARX, 1982).

A primeira forma de renda analisada por Marx é o salário, cuja origem é o valor socialmente necessário para reproduzir cada força de trabalho e sua família. A origem material desta remuneração é o trabalho necessário à reprodução da força de trabalho empregada na conversão do capital-produtivo em capital-mercadoria. Quanto à mais-valia e à renda da terra (além das diversas outras formas de lucro, como lucro comercial, juros etc.), são decorrentes do trabalho excedente destes mesmos trabalhadores assalariados, apropriado privadamente pelo capital produtivo e distribuído pelo capital social global por intermédio das relações mercantis e bancárias entre as classes dominantes (MARX, 2017).

Quando a emergência irrefreável do movimento do capital extravasa as fronteiras regionais do cantinho europeu e avança, primeiramente, pelo restante do ocidente europeu, arrasando as relações feudais e camponesas e solapando as relações de produção artesanais (MARX, 2013), constitui-se, paulatinamente, o mercado mundial tipicamente capitalista, sobretudo, naquela mercadoria que lhe é a única indispensável: a força de trabalho. Assim, a formação da classe trabalhadora ocorre com o expurgo daqueles trabalhadores de suas condições anteriores de produção que, separados como um caracol de sua concha, não têm outra opção que não a de buscar outras formas de abrigo, a dizer, estabelecer relações sociais tipicamente capitalistas a quem já não mais pode produzir sua vida com seus meios de trabalho que não seja vendendo sua força de trabalho no mercado capitalista.

Se, por um lado, é regido por leis tendenciais desvendadas por Marx em *O capital*, o modo de produção capitalista apresenta, entretanto, uma *lei geral*, exibida pelo pensador apátrida no capítulo 23 do livro primeiro de seu *opus magnum*. A *lei geral da acumulação capitalista* confirma cientificamente o que o socialista utópico Jean-Batiste Joseph Fourier já percebia no século XVIII: *o crescimento da riqueza é o fundamento do crescimento da mi-*

séria (ENGELS, 2015, p. 77). Com isso, a pobreza e suas consequências têm uma natureza não somente distinta do pauperismo pré-capitalista, mas oposta, uma vez que decorre do crescimento exponencial da produção social de riqueza, enquanto outros modos de produção possuíam como fundamento a escassez da riqueza (NETTO, 2005).

O pauperismo, do ponto de vista capitalista, somente torna-se objeto de análise quando a classe trabalhadora se coloca em cena enquanto sujeito da história. E isso ocorre em 1831, quando os trabalhadores do sul francês – com estopim na produção de seda em Lyon – realizam o primeiro levante autônomo da classe trabalhadora. Inaugura-se, segundo Engels (2015), a moderna luta de classes antagônicas do modo de produção capitalista. Trabalhadores e burgueses já não mais estão aliados contra a aristocracia fundiária. Ao contrário, agora são opositores dentro de um modo de produção já constituído.

De acordo com Netto (1996, p. 43):

A designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva da emersão da ordem burguesa que o pauperismo (sic) designou-se como ‘questão social’.

Se, do ponto de vista da classe trabalhadora, inicia o período de desenvolvimento científico do socialismo enquanto projeto de superação das contradições do modo de produção capitalista, do ponto de vista do capital, começa o período de desenvolvimento do combate a esta autonomia da classe trabalhadora (ENGELS, 2017). Contudo, não é coincidência que date desse período a categoria “questão social”. Em suas primeiras aparições, a categorização identifica no pauperismo a origem dos conflitos sociais em curso, que merecem atenção para não gerar distúrbios sociais. Não é estranho, portanto, que mesmo após a morte de Saint-Simon, um dos grandes socialistas utópicos e mestre de Auguste Comte, este discípulo, outrora próximo às ideias do mestre, rompa definitivamente com Saint-Simon para se dedicar à formulação das leis sociais de desenvolvimento que busquem eliminar os distúrbios sociais, expressando o ideal conservador e fundando o *positivismo*. Esta corrente do pensamento conservador reflete, por seu turno, o propósito de desenvolvimento sem os distúrbios das classes sociais, como antes identificava Saint-Simon. Para isso, Comte, fundador do *positivismo*, primava pelo comportamento cordato das classes trabalhadoras.

Entre 1831 e 1847 a classe trabalhadora ergue-se enquanto sujeito com a maturidade de uma classe recém tornada autônoma pelas circunstâncias históricas concretas, precipitando inúmeras correntes teóricas e de ação que, a despeito de seus erros, encontram na aurora do segundo mês de 1848 o princípio das revoluções socialistas. Estendendo-se por mais de 40 nações, a *Primavera dos Povos* – como ficou conhecido este processo histórico – não realiza, todavia, as primeiras sociedades socialistas. Ao contrário, derrotados em todos seus levantes, os movimentos socialistas passam a ser perseguidos e as classes dominantes realinham suas alianças contra seu inimigo comum: a classe trabalhadora e o socialismo. A própria ciência passa a serviço do capital. Nas palavras de Marx (2013), em 1848 dobram os sinos da produção científica do ponto de vista do capital, naquilo que Lukács (1967) chamará posteriormente da “decadência ideológica”. Por isso que:

A partir da segunda metade do século XIX, a expressão ‘questão social’ deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideo-políticos – ela desliza, lenta mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador. (NETTO, 2001, p. 43).

Nesse período, os pensamentos de Durkheim e Leão XIII conduzem a categoria “questão social” ao ostracismo. Segundo Netto (2001, p. 45): “a partir daí [segunda metade do século XIX], o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão ‘questão social’, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador”. Exemplo emblemático está presente na ironia de Marx à categoria “questão social” naquele que foi seu texto mais notório em vida, o relato da Comuna de Paris (1871), hoje conhecido como *Guerra civil na França* (MARX, 2012).

Entretanto, é nesse período que as expressões conservadoramente categorizadas enquanto “questão social” alcançam as respostas científicas que desvendam sua natureza. A partir das derrotas revolucionárias da *Primavera dos Povos* e já em exílio na Grã-Bretanha, Marx, com a indispensável colaboração de Engels, encontra a contradição típica da sociabilidade de classes do modo de produção capitalista: a acumulação privada da riqueza socialmente produzida mediante a reprodução ampliada de capital somente é possível quando o trabalho é subsumido pelo capital em seu incessante movimento de autovalorização, a partir da exploração da força de trabalho enquanto mercadoria e seu valor de uso, o trabalho enquanto apropriação privada das personificações do capital, a classe capitalista (MARX, 2017). Essa descoberta será indispensável para a resignificação científica da categoria “questão social”, ainda que, durante a primeira metade do século XX, a categoria “questão social” siga atrelada ao conservadorismo e aos ajustes sociais, acompanhando a passagem do predomínio da repressão estatal à formulação de políticas sociais, na fase monopolista do capitalismo.

No que se refere ao Serviço Social, é somente quando a profissão passa por seu processo de Reconceituação, iniciado a partir da década de 1960, que a “questão social” recebe a cientificidade que a vincula às suas causas históricas e sociais das classes subalternas. A identificação da “questão social” enquanto fenômeno decorrente das relações sociais capitalistas aponta, então, pela primeira vez na história, ao que antes eram problemas individuais ou sociais a serem sanados ao que hoje são consideradas como expressões do movimento de produção e reprodução de capital. Assim, pauperismo, desemprego, violência etc. recebem o tratamento científico proporcionado pela análise da *lei geral da acumulação capitalista* (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; LARA; MARANHÃO, 2019).

Essas conquistas do movimento de Reconceituação reverberam em cada particularidade latino-americana. No Brasil, suscitam e fundamentam a elaboração de novo Código de Ética por duas vezes (1986 e 1993), novas propostas de diretrizes curriculares, expressando a radicalização do Projeto Ético-Político da profissão, e a intenção de ruptura com o passado conservador da profissão no país, sem capitular às tentativas de modernização de matiz conservador.

A requisição social

Como alertamos anteriormente, o objeto – “questão social” – existe desde os primórdios da história contemporânea do capital (MARX, 2013), mas somente identificada e categorizada quando eclodem os conflitos das classes a partir de 1831. Não obstante, as primeiras escolas de formação de profissionais de Serviço Social são fundadas em 1899. Nossa problematização aqui é que, entre a formação e o objeto, deve emergir a requisição social, e esta é procedente dos conflitos de classes do século XIX.

Os primeiros levantes da classe trabalhadora foram combatidos pelas classes dominantes a partir da repressão e violência, mas este *modus operandi* repressivo não pôde sustentar como única forma de enfrentamento à organização operária no momento em que o regime de acumulação de capital entra em crise nos anos de 1870. Em drástica crise, e após a vitoriosa Comuna de Paris, somente derrubada pelo derramamento massivo de sangue, o capital precisava ajustar sua expansão irrefreável em momento de queda das taxas de lucro decorrente da acentuada composição orgânica de capital, que reduz, por seu turno, as taxas de mais-valia.

A passagem do regime de acumulação concorrencial ao monopolista (BARAN; SWEEZY, 1978; MANDEL, 1985) não somente reorganiza a produção e reprodução de capital, como também demanda do Estado novas atribuições para atender à mudança nos padrões de acumulação e novos conflitos daí emergentes. Mandel (1985) salienta que, se durante a fase monopolista o Estado burguês teve como principais atribuições a ampliação da “legislação social” que correspondeu também aos interesses gerais da reprodução

ampliada do capital, assegurou também a reconstituição física da força de trabalho nos locais onde ela estava ameaçada de sobrevivência.

No seio da crise de transição do final do século XIX para o XX e nas soluções econômicas e políticas desenvolvidas pelo capital social global, a expansão das relações capitalistas centralizadas pelos monopólios implicaram certa racionalização e controle que não somente evitaram as explosões decorrentes das lutas de classes, como também demandavam a cooptação da classe trabalhadora, sobretudo, dos países centrais do modo de produção capitalista em momento de expansão violenta das relações produtivas de capital na chamada periferia. Para isso, coube ao Estado gerir as contradições da luta de classes e manter relativa normalidade na produção e reprodução ampliada do valor. Diante desse cenário, a “questão social” ganha relativa centralidade e os levantes da classe trabalhadora passam, então, a ser encarados nos marcos tipicamente capitalistas, a dizer, as negociações que, do ponto de vista do capital, aparecem como concessões no seio de seu *direito*, e à classe trabalhadora demarcam conquistas de direitos. Isso ocorre porque:

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopolítica, mas pelos conflitos que esta faz emanar em toda a escala societária. (NETTO, 2005, p. 29).

À contraditória relação dos direitos que demarcam conquistas, por um lado, e amortecimento das lutas, por outro lado, não cabe aqui mais considerações – dada a extensão desse debate –, mas, neste momento, compete destacar que esse processo não é nascente da fase monopolista do modo de produção capitalista, mas se acentua como processo de abrandamento da luta de classes e marca o princípio das políticas sociais, no que é chamado de passagem do *Estado Liberal ao Estado Social* (BEHRING; BOSCHETTI, 2010), dada a orientação política que acompanha e organiza o Estado, respectivamente, na fase concorrencial, por um lado, e na fase monopolista, por outro lado.

A partir da concessão/conquista de direitos, compete ao Estado a sistematização de políticas sociais que atendem aos interesses antagônicos em disputa em cada local e tempo particular, como políticas de moradia, alimentação, previdência, saúde, trabalho etc. É, principalmente, a partir de 1893 que o regime monopolista se consolida na Europa e Estados Unidos e, não por acaso, as políticas sociais passam a ser sistematizadas em grandes ações estatais.

É nesse contexto que o Estado capitalista demanda a formação de profissionais especializados para atuar nessas políticas, ao que, em 1899, são fundadas as primeiras escolas de Serviço Social do mundo, em Nova Iorque e em Amsterdã. Na aurora do novo século, são

inauguradas, então, escolas de formação desses profissionais especializados na Alemanha, Itália, Inglaterra, França, Espanha e, conforme as políticas sociais se desenvolvem, cresce a requisição por profissionais. Na América Latina, as escolas de formação de assistentes/trabalhadores/visitadores sociais tardam duas a três décadas para serem fundadas. Esse relativo atraso é decorrente do retardo na sistematização das políticas sociais por essas terras.

É relevante destacar, no entanto, que, em qualquer tempo, as políticas sociais, ainda que sejam, do ponto de vista do capital, concessões, não são nunca, jamais, ofertadas. São sempre conquistadas a partir da ameaça da classe trabalhadora ao cerne do modo de produção capitalista, e se mantêm enquanto o proletariado mostra-se organizado e forte não somente para avançar, como também para defender suas posições.

As políticas sociais ingressam na América Latina simultaneamente ao crescimento do movimento operário, e não é estranho, portanto, que as primeiras escolas de Serviço Social sejam inauguradas no Chile, em 1925 e 1929, no contexto das políticas sociais concedidas diante do crescimento do movimento operário chileno. Esse momento da história chilena é marcado por graves crises institucionais e acirramento das lutas de classes e suas frações no período de ampla expansão da industrialização que não somente colocou em confronto trabalhadores contra as classes dominantes, mas também fragilizou as alianças das frações de classes dominantes entre burgueses industriais e oligarquias fundiárias (MANRIQUE CASTRO, 2000).

No Chile, a resolução dos conflitos entre as classes dominantes é marcada pela hegemonia industrial que refez o pacto com as oligarquias fundiárias e a combinação de repressão com concessões à classe trabalhadora que conquista direitos expressos em legislações para previdência social, seguro operário obrigatório, política de habitação popular, proteção ao trabalho infantil e feminino, etc. Com isso, as novas políticas sociais demandam profissionais especializados para atuar na execução dessas políticas (MANRIQUE CASTRO, 2000, p. 71). Nesse contexto, cria-se, portanto, o que chamamos de espaço sócio-ocupacional e são fundadas, então, as primeiras escolas de Serviço Social.

Esse roteiro – com sua miríade de particularidades – se repete mundo afora, inclusive no Brasil. As políticas sociais brasileiras seguem itinerários não tão distantes da realidade chilena, mas ao seu tempo e com suas personagens. Em nosso país, a disputa entre as frações hegemônicas das classes dominantes expressa na luta da burguesia industrial nascente e fortalecida pela demanda da Primeira Guerra Mundial contra as oligarquias fundiárias conservadoras tem a reviravolta protagonizada por um filho das oligarquias e que atua em aliança e em prol dos capitalistas industriais, Getúlio Vargas (MANRIQUE CASTRO, 2000, p. 105).

Os antecedentes do golpe de 1930 no país têm a marca do crescimento do movimento operário. A partir de 1916 os efeitos econômicos reverberam em uma classe razoavelmente organizada e culminam na estratégia de preparação da greve geral, marcada para o princípio de 1918, como acentuação da greve de 1917. Reprimida com brutal violência,

a organização dos trabalhadores não cessa. O avanço da classe trabalhadora resulta, alguns anos depois, na criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922. As décadas de francas lutas de classes se resolvem com a vitória da burguesia industrial, que assume a hegemonia do país – ainda que, como no Chile, sem superar e suprimir as oligarquias fundiárias, apenas refazendo a aliança das classes dominantes em termos que permitissem a expansão do capital industrial, agora hegemônico – e que, entre repressão e concessão, sistematiza as primeiras políticas sociais no Brasil.

As primeiras legislações, como as leis de habitação popular, de 1921, e as caixas de aposentadoria e pensão dos trabalhadores ferroviários, criaram os primeiros espaços sócio-ocupacionais e, portanto, a requisição social por trabalhadores especializados para atuar nas políticas sociais. Na passagem da predominância da coerção para a hegemonia do amortecimento, via políticas sociais, que fundamenta a estratégia das classes dominantes na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, *o objeto do Serviço Social encontra sua requisição social*, culminando no desenvolvimento dos espaços sócio-ocupacionais que demandam, enfim, a constituição da formação de profissionais especializados para atuar nas expressões da “questão social”, de acordo com cada particularidade.

Entretanto, na Europa, as escolas de Serviço Social se desenvolvem na passagem do século XIX ao século XX, com a instituição das políticas sociais próprias da fase monopolista do capitalismo. Na América Latina a industrialização tardia resultou na requisição social tardia e, conseqüentemente, morosa constituição dos espaços sócio-ocupacionais aos assistentes sociais. Esse relativo atraso não significou ausência de sistematização de formas de intervenção nas expressões da “questão social”. Ao contrário, nos intermúndios das lutas de classes do período, a Igreja Católica desloca-se do apoio irrestrito à propriedade fundiária expressa na encíclica papal *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, de 1891, para se recolocar no modo de produção capitalista, ironicamente, na encíclica papal de celebração de 40 anos da *Rerum Novarum*, a encíclica *Quadragesimo Anno*, do papa Pio XII, e publicada em 1931.

É nesse período que a Igreja Católica avança na compreensão da “questão social” como restrita às mazelas da classe operária e se apresenta à sociedade como interlocutora privilegiada para atuar em sua atenuação (MANRIQUE CASTRO, 2000). É igualmente nesse momento que a estratégia da *ação social* é delineada pela Igreja Católica como forma de recuperar o protagonismo da instituição e adquirir capilaridade, sobretudo, na América Latina. Assim, são organizadas, com bases religiosas, ações para leigos atuarem junto à “questão social”, com ênfase na educação moral das classes subalternas (MANRIQUE CASTRO, 2000).

Quando se tornam explícitas e abertas as lutas de classes no contexto dos conflitos entre as classes burguesa, latifundiária e operária, a Igreja é vista como aliada do novo arranjo das classes dominantes, agora sob hegemonia da burguesia industrial. Em parte,

pela *expertise* na formação de visitadoras sociais, em parte pela direção social moralizadora e apaziguadora. De acordo com Manrique Castro (2000, p. 102):

Um processo de industrialização mais vigoroso que o de outros países latino-americanos encontrava na estrutura arcaica do Estado brasileiro um freio para o seu desenvolvimento mais rápido, até que Getúlio Vargas, em 1930, assumiu a liderança de uma luta cujas bandeiras principais eram a liquidação do poder oligárquico (com o qual, depois, Vargas acabou por se conciliar) e a criação das bases para o erguimento de um nítido poder burguês industrial. Com a ‘Revolução de 30’, Vargas – procedente da oligarquia fundiária – estimulou o desenvolvimento industrial, propiciando a substituição de importações e instaurando uma política protecionista que beneficiou a indústria nacional, mais tarde favorecida ainda pela crise mundial do período.

As vantagens obtidas pela Igreja nesta etapa resultam de uma complexa interação com o governo de Vargas, que reconhecia nela um aliado apreciável a ser atraído em função da influência e autoridade, especialmente depois de alguns confrontos nos quais a hierarquia deu provas de sua disposição de luta (em 1931, D. Sebastião Leme não hesitou em proclamar que ‘... ou o Estado... reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhece o Estado’).

Diante dessa situação, não somente o Estado encontrou um sujeito que dá legitimidade e capilaridade às novas ações, como a Igreja se recoloca como agente-chave na política nacional. Com a conquista de espaços constitucionais, a Igreja será requisitada para organizar a formação dos profissionais das políticas sociais massivamente sistematizadas no período em que o Estado busca não somente a aliança com oligarquia fundiária, mas com a classe trabalhadora, tutelada, porém, alçada à “parceira” do crescimento industrial nacional.

Nos anos de 1930, o governo Vargas institui os Ministérios da Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio; em 1933, as caixas de aposentadorias e pensões deixam de pertencer às grandes empresas e passam a abranger categorias profissionais, dando base à criação dos institutos de aposentadorias e pensões. De acordo com Bulla, (2003, p. 5):

Em 1938, foi instituído o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), órgão ligado ao Ministério de Educação e Saúde, a quem foram atribuídas as seguintes funções: realizar inquéritos e pesquisas sobre as situações de desajustes sociais; organizar o Plano Nacional de Serviço Social, englobando os setores públicos e privados; sugerir políticas sociais a serem implantadas pelo governo; dar parecer sobre a concessão de subvenções governamentais às instituições privadas. [...] Em 1939, receberam a devida regulamentação a Justiça do Trabalho e a Legislação Sindical, mecanismos que já constavam da Constituição, desde 1937. Em 1940, foram decretados o Imposto Sindical, o Salário Mínimo e o Serviço de Alimentação da Previdência Social. Em 1942, foi criada por Decreto-lei a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que serviria como órgão de colaboração junto ao Estado, para cuidar dos Serviços de Assistência Social.

Ainda em 1942, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1946, foram fundados mais dois órgãos importantes para o atendimento dos trabalhadores: o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). No mesmo ano, criou-se a Fundação Leão XIII, com o objetivo de atuar na educação popular dos favelados do Rio de Janeiro. Em 1951, foi criada a Fundação da Casa Popular, para melhorar as condições de habitação das classes trabalhadoras. Ainda em 1951, foi também instituído o abono familiar para as famílias com rendimentos inferiores ao dobro do salário mínimo e com, pelo menos, oito filhos menores de 18 anos. Foram muito importantes para a proteção ao trabalhador as instituições referidas acima e as medidas de Política Social assumidas pelo governo brasileiro, no período de 1930 a 1954. Entre essas medidas podem ser citadas a instituição do salário mínimo, a jornada de 8 horas de trabalho, as férias remuneradas, a estabilidade no emprego, a indenização por dispensa sem justa causa, a convenção coletiva de trabalho, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a assistência à saúde, à maternidade, à infância e uma série de outros serviços assistenciais e educacionais.

Esse novo cenário, no raiar da década de 1930, demarca a vitória da burguesia industrial que, hegemônica diante da oligarquia fundiária, consegue relativa contenção das classes subalternas, mas que, para isso, necessitava de profissionais especializados para atender a esta crescente demanda de atuação. Diante disso, as protoformas de atuação de visitadoras sociais organizadas pela Igreja no contexto da ação social dão a base para a formação das pioneiras do Serviço Social brasileiro. As escolas iniciam na segunda metade da década de 1930, com a Escola de Serviço Social de São Paulo como a primeira delas, em 1936, seguida pelo Instituto de Educação Familiar e Social, em 1937, e pela Escola Técnica de Serviço Social, no mesmo ano. As duas primeiras são fortemente ligadas à ação social católica e recebem colaboração das escolas belgas de Serviço Social.

Como nos demais países europeus e, principalmente, latino-americanos, essas escolas não somente formaram profissionais especializados para atuar nos espaços sócio-ocupacionais emergidos das políticas sociais, como também formaram agentes ligados aos ideais cristãos de reforma e moralização social. Na América Latina, as primeiras escolas chilenas foram a base para a fundação de escolas na Argentina, Colômbia, Cuba, Uruguai e Venezuela. No Brasil, como destacamos, algumas das primeiras escolas também foram respaldadas e conduzidas pela Igreja Católica.

Diante desse duplo compromisso formativo, a direção social da profissão não somente visou inicialmente ao amortecimento das lutas de classes, como também à moralização das classes subalternas no contexto da reconfiguração da *ação social* cristã, que viu nas escolas de Serviço Social uma base para sua capilarização. Sob rígidos critérios seletivos, exigentes de boa leitura e bons modos, o ingresso nas primeiras escolas de Serviço Social formaram turmas muito homogêneas. As seleções em todos os países foram

direcionadas às jovens das classes dominantes, as chamadas “damas da sociedade”, leigas cristãs comprometidas com a moralização das classes subalternas, mas sem descuidar dos aspectos técnicos do trabalho demandado pelo Estado (MANRIQUE CASTRO, 2000).

Eram “damas da sociedade” porque as escolas somente admitiam moças, muitas vezes limitando a idade de ingresso e prestando formação que variava, geralmente, entre dois e três anos, de caráter teórico e prático, com ênfase à saúde e higiene e a casos individuais de educação das classes subalternas. O suporte a essas escolas recebia a sistematização da *ação social* cristã e a base ideológica da Igreja, com respaldo e mesmo financiamento do Estado e, costumeiramente, apoio técnico das escolas de Serviço Social europeias, sobretudo as belgas.

Voltadas à prática da educação, sobretudo sanitária, das classes subalternas e ao ideário vocativo da profissão, o período exerce, inclusive, pressão sobre a remuneração das trabalhadoras, que, não se reconhecendo enquanto trabalhadoras assalariadas – em parte por serem provenientes das classes dominantes – e atuando por vocação, não têm no salário relação relevante. Este elemento é fundamental para a constituição da baixa remuneração que ainda hoje se abate sobre a profissão.

O conservadorismo que marca a formação inicial das profissionais do Serviço Social perdura hegemônico até os anos 1960 e 1970. Nesse período, inicia-se uma mudança na direção social e se gesta uma virada, a despeito do investimento do Estado autocrático iniciado em 1964 em validação e modernização ao que hoje chamamos de Serviço Social tradicional, de matiz conservador (NETTO, 2005, p. 117).

O fundamento das mudanças na profissão no Brasil se deve à confluência de novas requisições sociais, com uma prática profissional conservadoramente modernizada pela hipertrofia do capital industrial e suas requisições particulares e por um processo formativo que demanda por profissionais “modernos”, aptos a lidar com o crescimento exponencial do mercado de trabalho para assistentes sociais diante do “milagre econômico” industrial brasileiro simultâneo ao crescimento do pauperismo relativo e mesmo absoluto no período autocrático (NETTO, 2005, p. 116-123). Segundo Netto (2005, p. 154):

Com efeito, as referidas condições novas reclamavam um[a] inteira refuncionalização das agências de formação dos assistentes sociais, apta a romper de vez com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente vincularam o surgimento e o evoluir imediato do ensino do Serviço Social no Brasil – além, naturalmente, da expansão quantitativa das próprias agências.

Dentre essas novas agências, o período inaugura o ingresso da formação profissional no âmbito universitário. Diferente, porém, de outras profissões de nível superior que foram refuncionalizadas durante o período ditatorial, o Serviço Social ingressa na academia, e assim o faz eivado de novas requisições e em processo de modernização conservadora

que laiciza a formação e complexifica o exercício. Nesse contexto, as fontes do positivismo inundaram a formação, sobretudo, o pensamento norte-americano, já a partir da década de 1940, agora convivem com o influxo das disciplinas de sociologia, psicologia, antropologia e áreas afins, ampliando o debate no processo formativo dos assistentes sociais.

Contraditoriamente, as demandas e processos formativos sob a batuta autocrática criam condições para uma renovação do Serviço Social: “[...] a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava” (NETTO, 2005, p. 129). Dentre essas possibilidades, gesta-se nesse período a possibilidade posteriormente realizada de o Serviço Social superar a subalternidade de sua prática profissional restrita à execução terminal das políticas sociais, por um lado, e, por outro, a subalternidade formativa que reduziu os profissionais a meros consumidores das disciplinas das ciências sociais (NETTO, 2005, p. 131). Assim, o processo de expansão e as novas requisições da ditadura civil-militar brasileira de 1964 a 1985 criaram condições de contrapeso à subalternidade dos assistentes sociais, tanto em âmbito formativo, quanto interventivo e intelectual.

Essa potencialidade de superação da subalternidade fica, porém, encapsulada por décadas. As contradições entre o conservadorismo e sua reatualização e as perspectivas pela modernização conservadora dominam o debate profissional, enquanto ocorre a irradiação das críticas promovidas pelo movimento de Reconceituação – na esteira da Revolução Cubana, de 1959 –, que fornece subsídios críticos à profissão, ante o movimento reacionário das ditaduras civis-militares que contaminam e solapam a América Latina.

No decorrer da década de 1970, a perspectiva modernizadora torna-se hegemônica, enquanto a perspectiva crítica – denominada de *intenção de ruptura* – não sai de sua pupa:

A terceira direção identificada no processo de renovação do Serviço Social no Brasil é a perspectiva que se propõe como *intenção de ruptura* com o Serviço Social ‘tradicional’. Ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). Na sua constituição, é visível o resgate crítico de tendências que, no pré-64, supunham rupturas político-sociais de porte para adequar as respostas profissionais às demandas estruturais do desenvolvimento brasileiro [...]. Na primeira metade dos anos oitenta, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da retórica politizada (com nítidas tendências à partidarização) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressoante na relação entre esta e a sociedade – e de forma tal que fornece a impressão de possuir uma incontestada hegemonia no universo profissional. (NETTO, 2005, p. 159-160).

Em princípio, a perspectiva crítica da intenção de ruptura encontra solo fértil no meio acadêmico que, enquanto é ainda periférica, lhe permite acumular forças e desenvolver o debate teórico-metodológico que lhe possibilita a futura virada na profissão, ocorrida no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em setembro de 1979, em São Paulo. A partir desse momento, como largamente conhecido no seio da profissão no país, a hegemonia da perspectiva crítica inflige radical reorientação teórica, política e metodológica, tanto na formação, quanto na atuação, na teorização e na autoimagem do Serviço Social brasileiro. Esse movimento reverbera em uma nova direção e perfil profissionais, atrelados às classes subalternas, e culmina no novo Projeto Ético-Político da profissão, como expresso no código de ética, e na atuação das entidades representativas, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os conselhos regionais (Cress) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), o que, por seu turno, demandam novas diretrizes à formação profissional.

Em 1979, em meio aos debates sobre o currículo mínimo para os cursos de graduação em Serviço Social que seriam aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982, e como demandada pela tecnificação da profissão durante o regime ditatorial civil-militar, as conquistas da Reconceitualização são incorporadas às discussões e culminam na primeira orientação formativa com elementos teórico-político críticos, como ressalta Iamamoto (2014, p. 613):

O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao *Social Work*, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. No currículo aprovado pelo MEC em 1982, a matriz do ensino do Serviço Social centra-se nas ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado —, o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão.

Com a direção política paulatinamente hegemônica pela intenção de ruptura, um novo Código de Ética é aprovado em 1986 e radicalizado em nova versão, em 1993. Nesse mesmo ano, é aprovada a lei que regulamenta a profissão (1993) e materializa a nova direção ético-política em competências e atribuições. Em 1996, a profissão aprofunda sua nova orientação ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica, com novas Diretrizes Curriculares (1996) para a formação dos novos profissionais. Guerra (2013, p. 38) ressalta a concretude desses novos documentos:

Inscrevem-se tanto os valores que a profissão determina, o conjunto de competências socioprofissionais e políticas quanto a direção político-profissional estratégica. Então, Lei de Regulamentação, Código de Ética e Diretrizes Curriculares da formação profissional não são apenas instrumentos jurídicos, contemplam também orientações técnico-operativa e ídeo-políticas... Traduzindo tais valores e princípios para as particularidades do exercício profissional, o projeto ético-político explicita-se na exigência de competência; a qual não depende somente de uma vontade política e da adesão a valores, mas da capacidade de torná-los concretos.

Portanto, é a partir da articulação das entidades profissionais, orientadas pela nova perspectiva, que a profissão constrói uma reorientação de sua direção social, como também ascende como área do conhecimento que alcança respectivo protagonismo no debate crítico das ciências sociais.

O Serviço Social como área de conhecimento

A reorganização da direção social e da formação profissional fundamentou o ulterior desenvolvimento do Serviço Social enquanto área do conhecimento. Para o Serviço Social brasileiro, a constituição institucional de sua área do conhecimento tem como primórdios as pós-graduações das universidades católicas, em especial, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que formaram profissionais com pesquisas próprias para o ensino superior no Serviço Social.

A pesquisa e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social aceleraram a partir de 1970 e 1980, momento em que iniciaram os primeiros cursos de pós-graduação. Desde então, a produção bibliográfica teve aumento considerável, sendo alimentada por dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em 1984 o Serviço Social obteve reconhecimento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de pesquisa (LARA, 2011, p. 40).

Em 2022, a Área 32 – Serviço Social² possuía 34 programas de pós-graduação (PPG), representando 0,8% dos programas existentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), assim distribuídos: 12 na região Sudeste (36,4%), 11 na região Nordeste (33,3%), cinco na região Sul (15,2%), três programas na região Centro-Oeste (9%) e dois na região Norte (6%). Nota-se que 69,7% dos programas estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste. Os programas da área estão organizados da seguinte maneira: 20 PPG em Serviço Social; dois PPG em políticas públicas; dois PPG em política social;

2 Documento da Área 32: Serviço Social. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Diretoria de Avaliação (DAV), 2021.

dois PPG em Serviço Social e políticas sociais; um PPG em trabalho e questão social; um PPG em Serviço Social e direitos sociais; um PPG em Serviço Social, políticas sociais e territórios; um PPG em políticas públicas e desenvolvimento local; um PPG em Serviço Social e desenvolvimento regional; um PPG em economia doméstica; um PPG em Serviço Social e política social; um PPG em política social e direitos humanos (CAPES, 2021).

O Serviço Social brasileiro responde por significativa produção de conhecimento na interlocução interdisciplinar com as mais diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas. A qualidade da produção científica revela uma área do conhecimento que alcançou significativa relevância desde sua inserção no cenário científico nacional e internacional, mas que evidentemente precisa de constantes atualizações e avaliações de acordo com as transformações sociais em curso. O Serviço Social, como profissão e área do conhecimento, inserido na divisão social do trabalho, tem algumas singularidades. As mais requeridas são a elaboração e a execução de políticas sociais no enfrentamento das expressões da “questão social”. No âmbito científico, o Serviço Social é classificado como *ciência social aplicada*. A área confronta o seu exercício profissional e científico mediado com as manifestações de pobreza e miséria oriundas das desiguais distribuições de renda e insegurança social – “questão social”. Nesse sentido, a política social é um dos campos essenciais da ação profissional e da elaboração de conhecimentos da área.

A amplitude dos eixos temáticos que envolvem as pesquisas da área mostra a interação da área com a realidade social, pois as pesquisas são frutos de estudos e intervenções em heterogêneas regiões do país. No seu conjunto, a amplitude dos eixos temáticos de pesquisa e produção científica apresentam as preocupações que ganham destaques em consonância com a herança histórica e as transformações sociais do país. Temáticas como as mudanças nas relações de trabalho e emprego, financiamento das políticas sociais, ajuste fiscal, reforma agrária, territórios e população indígena, orientação sexual e relações homossexuais, meio ambiente e sustentabilidade, crise sanitária, fome, racismo, comunidade LGBTQIAP+, violências de gênero e acessibilidade expressam os desafios da produção teórica na atualidade.

Conforme citado acima, o surgimento da pós-graduação, a renovação na direção ética e política proporcionaram à área as condições para a criação de programas de pós-graduação que atenderam às novas demandas formativas, enquanto fomentaram a pesquisa exigida pela perspectiva crítica. Com esse itinerário formativo, o Serviço Social brasileiro se constituiu enquanto terreno extremamente fértil não somente para assistentes sociais ingressarem na pós-graduação, como também como um forte ímã que atraiu e atrai graduados de outras áreas. Esses sujeitos, oriundos de outras áreas de atuação e formação, foram e ainda são atraídos, sobretudo, pelo caráter crítico da profissão a partir de seu Projeto Ético-Político explicitamente orientado pela superação da sociedade de classes sociais, o que implica uma fundamentação e orientação de caráter crítico e científico em

momento em que o revisionismo se espalhou pelo Brasil – a partir dos anos 1980, seguido pelas ondas neoconservadoras que arrebentaram por essas terras com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS) e com a ofensiva neoliberal, já nos anos 1990.

As diretrizes curriculares da graduação de 1996 são, assim, um marco para o avanço iniciado ainda na década de 1970, quando a pós-graduação é incentivada pelas reformas universitárias do período autocrático e encontram, no Serviço Social brasileiro, o movimento de *Reconceituação* crescente. Na esteira do processo de *Reconceituação* surgem os programas de pós-graduação, que não apenas cumprem com a formação de profissionais docentes aos cursos de graduação como, principalmente, visam à superação da subalternidade do Serviço Social em relação a outros campos do conhecimento. Enquanto área do conhecimento, o Serviço Social torna-se referência de produção da ciência social crítica, sobretudo, comprometida com as causas das classes trabalhadoras e seus direitos sociais.

Enquanto outras áreas do conhecimento abriram espaços aos sirênicos cânticos neoconservadores, o Serviço Social, enquanto profissão e área do conhecimento, vinculada às demandas da classe trabalhadora, avançou em outra direção, propondo uma pós-graduação que objetiva formar pesquisadores oriundos de diversos cursos e processos formativos, culminando em um vasto e respeitado referencial teórico sobre temas diversos atinentes às refrações da “questão social”, que constituem um amplo referencial teórico próprio e que extrapolam a formação dos chamados “profissionais de campo”. Desse modo, todas as pesquisas que visem ao desvelamento da formação histórica brasileira e da totalidade das relações sociais sob a ordem do capital podem e devem ser abarcadas sob o guarda-chuva do Serviço Social brasileiro que, enquanto área do conhecimento, tem nesses estudos premissas básicas da formação profissional.

A unidade entre Serviço Social enquanto profissão e área do conhecimento é inquestionável pelo mesmo motivo que não se questionam os saberes e a produção do conhecimento nas demais áreas. Compreendemos que não é o método científico que faz a ciência, mas a ciência que forja o método de fazer o sujeito refletir idealmente o objeto, que lhe é anterior. Ainda nessa complexa seara, o fato de terem aplicabilidade prática não faz do Direito, da Medicina e do Desporto meras aplicações de ciências. Se não é o método que faz uma ciência, tampouco é sua suposta aplicabilidade que faz a prática. O que diferencia ambos é o grau de mediação com o real, constituindo-se, a ciência, como a filosofia, de apreensões do concreto enquanto totalidade, ainda que de totalidades parciais, como a estética, que apreende a totalidade do belo que, por seu turno, é uma particularidade do todo, por exemplo. Por outro lado, a prática é uma particularidade da ação humana, que medeia com a totalidade com finalidades singulares, de execução. Também a arte é uma particularidade, por exemplo (LUKÁCS, 1966). Contudo, as práticas e mesmo a arte podem ser tanto objetos da ciência, quanto áreas do conhecimento, desde que apreendidas enquanto totalidades ou, respectivamente, enquanto particularidades com estatuto e legalidades próprias.

Nesse aspecto, o Serviço Social não é nem uma prática profissional, nem uma área do conhecimento, mas constitui-se em uma e, posteriormente, em outra, sem eliminar a primeira. O Serviço Social não é uma profissionalização da caridade, mas uma atividade humana inserida na divisão sociotécnica do trabalho a partir da requisição social do modo de produção capitalista, quando se desenvolve a organização autônoma da classe trabalhadora e, posteriormente, as políticas sociais, já na fase monopolista do capitalismo.

Considerações Finais

A constituição do Serviço Social é, portanto, uma objetivação social datada e que faz emergir uma profissão que, em primeiro momento, atende aos interesses das classes dominantes de amortecer a luta de classes. As contradições do modo de produção permitem momentos de ruptura com esta constituição e, no Brasil, o Movimento de Reconceituação faz a profissão refundar sua autoimagem e, conseqüentemente, sua direção social, política e ética.

O desenvolvimento da profissão, a partir da hegemonia da perspectiva da intenção de ruptura, demanda o desenvolvimento teórico-prático de superar a subalternidade das práticas e desencadeia, por seu turno, na requisição social de aprimoramento da pesquisa em Serviço Social e de seu objeto de ação, a própria “questão social”. Com isso, a profissão se aproxima do arsenal das teorias sociais críticas e possibilita o acúmulo quantitativo para o posterior salto qualitativo: a constituição do Serviço Social brasileiro enquanto área do conhecimento, que supera, no sentido de incorporar, manter e elevar, a profissão.

Entretanto, o Serviço Social brasileiro é reconhecido enquanto área do conhecimento institucionalmente, atendendo à demanda necessária à constituição de seus programas de pós-graduação, uma vez que não há pós-graduação em práticas que não se constituam uma área do conhecimento. Ao possibilitar e fomentar a pesquisa em seus mais candentes temas e diante da reorganização da formação de nível de graduação em três núcleos, dentre os quais dois dizem respeito a fundamentos sociais da formação socioeconômica capitalista, a área de Serviço Social não somente se debruça à prática profissional imediata, mas extrapola esta demanda, abrangendo debates da realidade brasileira e mundial. Desse modo, se constitui em área privilegiada de pesquisa diante da ofensiva neoliberal e seu braço ideológico, a pós-modernidade e o neoconservadorismo.

Assim, o Serviço Social brasileiro não somente completa sua constituição enquanto área do conhecimento, como também se torna área de destaque e amparo à pesquisa crítica no país, ampliando em quantidade e qualidade a busca por sua pós-graduação e, conseqüentemente, à pesquisa, que se torna mais apta ao diálogo com outras áreas e mais capilar, o que se percebe na influência e alcance junto aos movimentos sociais (MOTA, 2013, p. 22).

Por fim, não é apenas na formação de graduação que aproxima o Serviço Social de movimentos sociais e de trabalhadores, mas também o desenvolvimento do Serviço Social, enquanto área do conhecimento no Brasil, que permite essa inserção, com protagonismos. Parte desse desenvolvimento não seria possível sem o diálogo com outras áreas e profissões, que encontram na produção científica espaço privilegiado de resistência de classe, inclusive no indispensável movimento de análise do real.

Contribuições dos/as autores/as: Ricardo Lara é coordenador do projeto de extensão e orientador de Gabriel Martins, que coletou os dados, analisados, elaborados e revisados por ambos os autores.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social*: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BULLA, L. C. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/947>. Acesso em: 27 dez. 2021.

CAPES. Diretoria de avaliação DAV/Capes. *Relatório de Avaliação*. Área 32 – Serviço Social. Avaliação quadrienal. Brasília: Capes, 2021.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Edipro, 2017.

GUERRA, Y. (Org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social*: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Brasil: São Paulo: Cortez, 2006.

LARA, R. *A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. *Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital*. São Paulo: Cortez, 2019.

LUKÁCS, G. *Estética*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Senzala, 1967.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANRIQUE CASTRO, M. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Avante!, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MARX, K. *Guerra civil na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro 3*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., jun./set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003/24855>. Acesso em: 9 set. 2021.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2005.